



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8934

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Retirados de pauta, rejeitados, prejudicados, sobrestados

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 05/02/2013

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 07/2013. (REJEITADO). Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 3.474, de 25/11/2005, que define as obrigações para as entidades de direito público, integrantes da administração direta e indireta do município, para o pagamento sem a emissão de precatórios.

**Controle Interno – Caixa:** 27.7

**Posição:** 21

**Número de folhas:** 07

---



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 07/2013

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Art. 1º da Lei Municipal nº 3.474, de 25 de novembro de 2005.

## MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 05/02/2013
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 3 -
- 4 - SOBRESTADO POR 15 DIAS EM
- 5 - 09.04.2013
- 6 - REARTEADO DE PRUTA EM
- 7 - 15.04.2013.
- 8 - REMOVENDO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 9 - CIA EM 07-05-2013. E
- 10 - REARTEADO



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

PROJETO DE LEI N.º **07** DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

**ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 3.474 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica alterado o art. 1º da Lei 3.474 de 25 de novembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 1º.** - Para os efeitos do §3º e do §4º do art. 100 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62 de 2009, as obrigações ali definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório pela Fazenda do Município de Montes Claros, suas Autarquias e Fundações, terão como limite o valor vigente do maior benefício do regime geral de previdência social, não importando a natureza do crédito.”

**Art. 2º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros(MG), 04 de fevereiro de 2013.

*Ruy Adriano Borges Muniz*  
**Ruy Adriano Borges Muniz**  
**Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE FLORES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 05 DE FEVEREIRO DE 2013  
A. Silva  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORES CLAROS  
REVISÃO DE 1ª  
EM 07 DE MAIO DE 2013  
PRESIDENTE





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG**  
**PROCURADORIA GERAL**



LEI Nº 3.474 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005.

DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, DE QUE TRATAM OS §§ 3º E 4º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, PARA AS ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, PARA O PAGAMENTO SEM A EMISSÃO DE PRECATÓRIOS.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Para os efeitos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal de 1988, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório pela Fazenda do Município de Montes Claros, suas Autarquias e Fundações, terão como limite o valor correspondente a 10 (dez) salários mínimos, não importando a natureza do crédito.

§ 1º - Considera-se valor da obrigação, para os fins do disposto no *caput*, o total apurado em conta de liquidação homologada ou aprovada no processo de origem, atualizado até a data de expedição da requisição feita pela autoridade judiciária.

§ 2º- As obrigações de que trata este artigo terão o seu pagamento realizado no prazo máximo de 90 dias, a contar do recebimento da requisição na Procuradoria do Município.

§ 3º - São vedados o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor, a fim de que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no *caput* deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º- Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no *caput*, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia irretratável e irrevogável ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista nesta Lei.


Art. 2º - O valor disposto no Art. 1º atende à capacidade financeira e disponibilidade orçamentária do Município, nos termos do § 4º do Art. 100 da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º- Fica o Município autorizado a, se necessário, abrir crédito de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do orçamento do corrente ano, em favor da rubrica obrigações de pequeno valor, por remanejamento de correspondente montante da rubrica de precatórios judiciais.

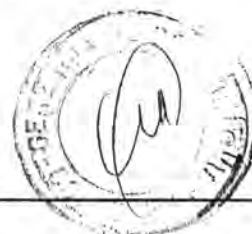
Art. 4º- A Secretaria Municipal de Fazenda preverá, anualmente, reservas orçamentárias de contingência para que o Município possa honrar os pagamentos dos créditos de pequeno valor.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 25 de novembro de 2005.

  
**Athos Avelino Pereira**

**Prefeito Municipal**





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), em 04 fevereiro de 2013.

Exmo. Sr.

Vereador Antônio Silveira de Sá (Dr. Silveira)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 30 /2013

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que ***“ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 3.474 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005”***.

O presente projeto de lei visa adequar o texto do art. 1º da lei 3.474 de 25 de novembro de 2005, em razão das alterações promovidas pela emenda constitucional nº 62 (que alterou o art. 100 da Constituição Federal e acrescentou o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios), de 09 de dezembro de 2009, que assim dispõe:

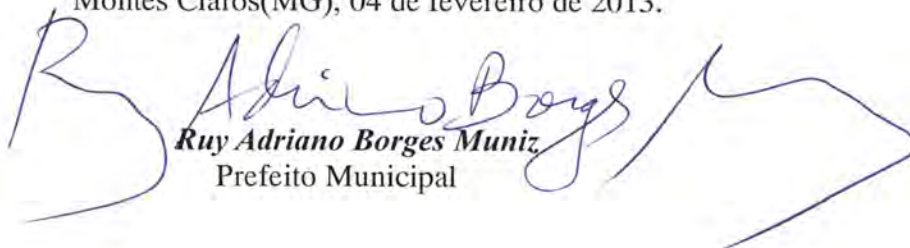
*“Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:*

*(...)*

*§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.” (destacou-se)*

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Montes Claros(MG), 04 de fevereiro de 2013.

  
**Ruy Adriano Borges Muniz**  
Prefeito Municipal



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 07/2013 QUE “Altera o artigo 1º Lei nº 3.474 de 25 de novembro de 2005” de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto em comento visa a alteração da lei no que tange ao valor máximo dos valores a serem pagos pelo Município nos moldes da legislação em comento.


A iniciativa de Leis que versem sobre questões financeiras é do Prefeito.

Portanto, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende a técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de fevereiro de 2013.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 07/2013**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 3.474, de 25 de novembro de 2005.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 05/02/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/02/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 3.474, de 25 de novembro de 2005, que “ Define as obrigações de pequeno valor, que tratam os §§3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal de 1988, para as entidades de direito público integrantes da Administração Direta e Indireta do Município de Montes Claros, para o pagamento sem emissão de precatórios”.

Com a alteração proposta, as obrigações definidas de pequeno valor a serem pagas, independentemente de precatório pela Fazenda do Município de Montes Claros, bem como para a Administração Indireta, terão como limite o valor vigente do maior benefício do regime geral de previdência social, ao invés de 10(dez) salários mínimos, como previsto anteriormente.

Observa-se que a proposição está em acordo com § 4º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

Assim, sendo, esta Comissão entende que o projeto não incide em vício de iniciativa por tratar de matéria exclusiva do Executivo Municipal e não contraria normas legais e/ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 25 de março de 2013.

Presidente Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_